



COIMBRA  
DISSERTATIONS

TÍTULO  
Cláusulas de Exclusão e Limitação  
da Responsabilidade Civil em Contratos de Adesão

AUTORA  
Sara Cristina Ermida Cravo

REVISÃO EDITORIAL  
Isaías Hipólito

DESIGN GRÁFICO  
Ana Paula Silva

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Tipografia Lousanense

ISBN  
978-989-54298-2-0

DEPÓSITO LEGAL  
000000

Todos os direitos para a publicação desta obra reservados pela Autora  
© Sara Cristina Ermida Cravo

2019

**Cláusulas de Exclusão e Limitação  
da Responsabilidade Civil  
em Contratos de Adesão**

**Sara Cristina Ermida Cravo**



**COIMBRA  
DISSERTATIONS**



## *Sumário*

Nota Inicial      vii

Resumo      xi

Abstract      xiii

Abreviaturas      xv

Introdução      1

<b>1.</b>	<b>Os Contratos de Adesão e as Cláusulas Contratuais Gerais</b>	<b>5</b>
1.1	As razões da sua proliferação à luz do surgimento de uma prática contratual hodierna	5
1.2	Conceito e traços característicos	8
1.3	O regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de Outubro	13
1.4	A Directiva Europeia sobre cláusulas abusivas	21
1.5	As cláusulas contratuais gerais no plano do direito a constituir – o Anteprojecto do Código do Consumidor	25

2.	Das cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade civil inseridas em contratos de adesão	
2.1	Enunciado do problema, sua evolução e actualidade	29
2.2	Noção e modalidades de cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade	34
2.3	O regime das proibições relativas a cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade civil previstas na LCCG	42
	■ Das cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade por danos pessoais e por danos patrimoniais extracontratuais: as alíneas <i>a)</i> e <i>b)</i> do artigo 18.º	45
	■ A articulação entre as cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade e a cláusula geral da boa fé	72
	■ Os efeitos das cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade quando inseridas em contratos de adesão	75
	Bibliografia	91

## *Nota Inicial*

*Com a adequada revisão linguística e técnica, a presente obra corresponde à Dissertação de Mestrado apresentada em 2018 à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e classificada com 17 valores pelo Júri das provas públicas, integrado pelos Professores Doutores Francisco Manuel de Brito Pereira Coelho, Maria Olinda da Silva Nunes Garcia, e Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda Barbosa.*





*Aos meus pais*  
*Aos meus irmãos*  
*À memória dos meus avós*



## *Resumo*

A presente dissertação trata o tema das cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade civil quando inseridas em contratos de adesão.

Num primeiro momento, o texto versa, numa abordagem breve e genérica, sobre algumas questões levantadas no seio daqueles contratos – utilizados, sobretudo, por companhias de seguros, bancos, empresas de transporte, de fornecimento de água, energia eléctrica ou gás –, nomeadamente sobre as razões do seu surgimento, bem como a celeuma em torno do seu conceito e inerentes características. Procede-se, ainda, a uma análise do regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de Outubro e pela Directiva 93/13/CEE, de 5 de Abril de 1993, sobre cláusulas abusivas em contratos com consumidores, ao que se segue uma alusão ao Anteprojecto do Código do Consumidor.

O capítulo seguinte é dedicado ao tratamento das cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade civil, que constituem, aliás, o núcleo das denominadas condições gerais do contrato. Importa começar, aqui, por enunciar a problemática, percorrendo a sua evolução e questionando a respectiva actualidade. Interessa, igualmente, desenvolver o conceito e mencionar as várias modalidades configuráveis daquelas cláusulas, ingressando-se, nesta sequência, no ponto crucial do presente trabalho, que assenta na dis-

cussão do regime das proibições previstas nas alíneas *a)* a *d)* do artigo 18.º da LCCG. Neste âmbito, o texto subdivide-se em vários subtemas, começando-se pela exclusão e limitação da responsabilidade extracontratual, e seguindo-se a mesma análise no domínio da responsabilidade contratual. Aqui, são levantados os problemas de interpretação e inserção sistemática das alíneas, fazendo-se, igualmente, um exame comparativo com o regime do Código Civil e articulando-as com o princípio geral da boa fé. Por fim, indaga-se acerca das consequências de determinada cláusula, quer ela tenha sido validamente estipulada, quer se encontre ferida de nulidade.

As questões são, sempre que se revele pertinente, ilustradas com jurisprudência dos nossos tribunais e do Tribunal de Justiça da União Europeia, na medida em que esta temática contende com a realidade do dia-a-dia da generalidade das pessoas, o que se reflecte no avolumado número de diferendos submetidos a juízo.

## *Abstract*

The aim of this dissertation is to discuss the civil liability exclusion and limitation clauses in standard contracts.

Firstly, there is a brief general approach on some of the issues raised within those types of contracts – used mainly by insurance companies, banks, transport companies, water, power and gas supply companies – namely about why they came to be, as well as some discussion about their general concept and features. Then, an analysis is provided of the regimen instituted by Act No. 446/85, from October 25th and by the Council Directive 93/13/EEC, from April 5th on unfair terms in consumer contracts, followed by a reference to the outline of the Consumer Code Draft.

The next chapter is dedicated to the treatment given to the civil liability exclusion and limitation clauses, which are the core of the so called General Conditions of a contract. It is important to articulate the problem, analyzing the evolution and questioning the present moment. It is also vital to develop the concept and to mention the different configurable modalities of the above mentioned clauses, focusing therefore on the main goal of the essay which is the discussion around the prohibitions enforced by paragraphs *a)* through *d)* of article N° 18 of the Law on General Clauses and Standards in Contracts. In this

scope, the text is subdivided in various subtopics, starting with the exclusion and limitation of non-contractual liability, followed by the analysis of the contractual liability. In the latter, several interpretation issues and the systematic insertion of paragraphs are questioned and articulated with the general principle of good faith, and there is also a comparative analysis with the regime of the Civil Code. Last, the consequences of specific clauses are questioned, whether they were validly stipulated, or should be considered null and void.

When deemed appropriate, the questions raised will be illustrated with examples of cases judged by the Portuguese or the European Courts of Justice, as the main focus of this essay is to challenge the day-to-day reality of the general public, which is reflected in the high number of disputes submitted to judgment.